



“Eu sou favorável a reduzir para 16 anos”

Presidente defende punição para adolescentes que cometam crimes hediondos, mas enfatiza que o tema não deve ser discutido junto com a PEC da Segurança

» PEDRO JOSÉ BORGES

Reprodução/TV Globo



Lula: “Só lamento que eu não tenha tido a capacidade de fazer o povo compreender o que eu fiz”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, ontem, ser favorável à redução da maioridade penal para 16 anos em caso de crimes hediondos. Ele ressaltou, no entanto, que o tema não deve ser discutido na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que tramita no Congresso.

“Para todo e qualquer crime hediondo, eu sou favorável a diminuir a penalidade. Eu sou favorável a reduzir para 16 anos, mas não discuti nessa PEC. Essa PEC não é para discutir isso”, destacou, em sabatina do Jornal Nacional, da TV Globo. “Primeiro você discute a PEC, aprova a PEC, e aí você pode discutir a maioridade penal ou não.” Ele acrescentou que considera haver apoio da sociedade à punição de quem comete esse tipo de crime.

As declarações de Lula vão na contramão do que o PT sempre defendeu. O partido resiste, historicamente, à redução da maioridade penal. Mesmo assim, ontem, o líder da legenda no Senado, Camilo Santana (CE) apresentou uma emenda à PEC da Segurança que prevê a diminuição da maioridade penal para 16 anos, o que provocou um racha na base governista.

Também na sabatina, ao ser questionado sobre o resultado do primeiro turno, em que perdeu para o senador Flávio Bolsonaro (PL), o presidente disse que seu governo fez “muita coisa”. “Só lamento que eu não tenha tido a capacidade de fazer o povo compreender o que eu fiz”, frisou.

Ele também assumiu erros na campanha que provocaram o resultado nas urnas na rodada inicial das eleições. “Eu sou o governo. Se eu não consegui ser compreendido pela sociedade brasileira sobre o governo que fiz, não posso ficar jogando culpa em ninguém. Tenho que jogar a culpa em mim”, disse. “Se, quando as coisas dão certo, sou eu que ganho, quando dão errado, sou eu que perco. A responsabilidade é toda minha.”

Ao ser questionado sobre a possibilidade de enfrentar um Congresso Nacional mais hostil, Lula argumentou que conseguiu aprovar medidas durante o atual mandato mesmo com uma bancada pequena de seu partido. Ele citou a reforma tributária como exemplo de articulação política.

“Eu fui eleito tendo 70 deputados no meu partido de 513 e tendo nove senadores de 81, e nós aprovamos 99% de tudo que a gente fez aqui no Congresso

Nacional — até uma reforma tributária que, havia 40 anos, queríamos aprovar”, sustentou.

Lula também comentou o encontro que teve com Daniel Vercara, dono do Banco Master, no Palácio do Planalto. Segundo o presidente, o banqueiro o procurou alegando perseguição política. O chefe do Executivo afirmou que o orientou a se submeter à investigação técnica do Banco Central.

“Ele foi me procurar como todos que estão com problema vão me procurar. O Banco Central não investiga politicamente; o Banco Central vai investigar tecnicamente. Se tiver problema técnico e for necessário fechar o banco, fecha”, declarou.

Ao comentar o uso político do caso pela oposição, Lula afirmou que a extrema-direita tenta associar a crise envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF) ao governo federal. Para o presidente, a ofensiva tem relação também com a atuação do ministro Alexandre de Moraes no processo que levou à prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ele defendeu que as denúncias envolvendo integrantes da República sejam apuradas e usadas para estabelecer padrões éticos mais rigorosos.

“Nós precisamos tirar proveito do que aconteceu para tentar moralizar muitas coisas no país. Não há possibilidade nenhuma de as coisas serem acobertadas.”

Tarifa Zero

Antes da sabatina, Lula anunciou que enviará ao Congresso uma PEC para garantir gratuidade do transporte público nos fins de semana. A iniciativa ocorre um dia após a aprovação, pelo Senado, da proposta que põe fim à escala de trabalho 6x1.

A medida, batizada de PEC da Tarifa Zero, pretende assegurar passe livre aos sábados e domingos em todas as cidades que disponham de transporte coletivo. O anúncio integra a estratégia do presidente de associar a redução da jornada de trabalho à ampliação do tempo destinado ao lazer.

“Conquistamos o fim da escala 6x1 e agora é hora de avançar ainda mais! Vou enviar ao Congresso Nacional uma PEC para garantir passe livre nos finais de semana em todas as cidades brasileiras que tenham transporte coletivo. Porque o trabalhador e a trabalhadora merecem mais do que tempo para descansar”, escreveu Lula. (Colaborou Armando Holanda)

» Reajuste do Bolsa Família

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que “não sabia” que o Bolsa Família não tinha sido reajustado ao longo do governo e que o aumento anunciado há menos de um mês ocorreu após ele descobrir isso. Ele negou que a medida tenha sido eleitoreira. Disse que, quando soube que o benefício estava congelado desde 2023, mandou reajustá-lo pelo período todo. “Não quero que você ouça a reunião que tive com meus ministros quando soube que Bolsa Família não tinha sido reajustado. Eu não sabia. É inexplicável que no governo do Lula alguém pense em não reajustar a inflação no salário das pessoas. É impensável, mas aconteceu. Tomei a decisão: vamos dar tudo o que a gente não deu para não acontecer nunca mais”, disse, na sabatina da TV Globo.

Críticas à proposta de passe livre

Charles Vieira/Flickr



Flávio sobre proposta de Lula: “Ele prometeu picanha, e não entregou”

sobre o custo da medida, pois queria que ela fosse uma das bandeiras da campanha à reeleição.

A medida só não entrou no programa de governo porque a

equipe econômica não concluiu um estudo mais aprofundado sobre sua viabilidade econômica. Atualmente, 138 cidades já aplicam o passe livre no país.

Também ontem, sem detalhar, Flávio afirmou que conseguirá aprovar a redução da maioridade penal antes de assumir um eventual governo.

“A gente vai começar a cumprir nossas promessas de campanha, se Deus quiser, antes até de sentar na cadeira de presidente da República. Eu estou falando de redução da maioridade penal, que a gente vai conseguir aprovar”, disse.

Ao mencionar a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, enviada pelo governo e em tramitação no Senado, o candidato do PL afirmou que a intenção da gestão petista era retirar atribuições dos estados sobre o tema e classificou o gesto como típico de governos “fascistas”.

“Essa PEC da Segurança Pública, o Lula queria, inicialmente, controlar a polícia. Queria tomar o lugar dos estados na parte da segurança pública e centralizar tudo no governo central deles. Isso é típico de governos ditatoriais, de governos que são fascistas, que são comunistas”, afirmou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Lula toma a iniciativa na segurança, mas a disputa é na praia de Flávio

Desde a Constituinte de 1988, o Brasil tem dificuldade para resolver uma equação central da segurança pública: como assegurar a coordenação nacional do combate ao crime sem atropelar a autonomia dos estados, responsáveis pelo policiamento cotidiano. Devido ao trauma do regime militar, a Constituição consagrou direitos e garantias, mas preservou uma estrutura policial fragmentada. A democratização avançou mais na definição dos limites do poder do que na construção de uma capacidade integrada de enfrentar a criminalidade.

É um erro atribuir essa deficiência às garantias democráticas. A Constituição também definiu a segurança como direito de todos e atribuiu à Polícia Federal funções de repressão a crimes de repercussão interestadual e internacional. O impasse está na distância entre competências legais e capacidade operacional, agravada pelas disputas políticas entre Brasília e os governadores. Enquanto o Estado administra suas fronteiras internas, as facções atravessam todas elas.

A divisão ideológica é outro bloqueio. A esquerda fez da defesa dos direitos humanos uma referência fundamental, mas frequentemente encontrou dificuldade para formular uma resposta convincente ao medo da população. Desde o plebiscito do desarmamento, no qual a “bancada da bala”, da qual o ex-presidente Jair Bolsonaro fazia parte, derrotou todas as instituições empenhadas em aumentar o controle sobre a venda de armas, a extrema-direita ocupou esse espaço com a promessa de endurecimento penal e valorização das forças policiais, muitas vezes, tratando as garantias individuais como obstáculo à ordem.

Assim, consolidou-se uma falsa escolha entre proteger direitos e combater criminosos, que agora serve de divisor de águas entre governo e oposição. Uma política democrática de segurança precisa realizar as duas tarefas. Agora, com o tema da segurança pública entre as três prioridades dos eleitores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro confrontam-se diante desse problema. Lula busca a iniciativa política com a PEC da Segurança Pública, enquanto Flávio tenta manter a discussão no terreno em que o bolsonarismo construiu sua identidade endurecer as penas. A iniciativa legislativa pertence ao presidente, mas a linguagem predominante do debate favorece a oposição.

Não foi a à toa que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou que pretendia votar a PEC ontem e voltou atrás, diante da centralidade que a redução da maioridade penal alcançou, a ponto de dividir a bancada governista. A questão de fundo é sociológica: o crime é um fato social normal, nenhuma sociedade conhecida eliminou as transgressões, e a reação à criminalidade serve para reafirmar normas coletivas. A patologia aparece quando a criminalidade sai do controle e compromete o funcionamento da sociedade. No Brasil atual, o crime organizado desafia a lei e impõe suas próprias regras.

Divisor de águas

O Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho já não podem ser compreendidos apenas como quadrilhas dedicadas ao tráfico. Têm redes de distribuição, lavam dinheiro, controlam territórios e estão infiltrados em atividades econômicas. Onde uma facção decide quem pode circular, trabalhar ou abrir um comércio, a autoridade pública foi praticamente substituída. E a expansão desse poder maligno é também um preocupação econômica, porque compromete a concorrência, encarece negócios e submete trabalhadores e empresários à coerção.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registrou 40.775 mortes violentas intencionais em 2025, mais de 110 por dia. A queda em relação ao ano anterior é relevante, mas não elimina a gravidade do quadro. Tampouco a redução dos homicídios, isoladamente, informa quanto território, influência econômica ou capacidade de corromper agentes públicos as organizações criminosas perderam.

O Sistema Único de Segurança Pública foi instituído por lei em 2018. O que Lula pretende desde quando assumiu a Presidência é conferir maior força constitucional e efetividade à integração, mas ainda enfrenta forte resistência dos governadores de oposição. Compartilhar informações, coordenar operações e seguir o dinheiro exige continuidade administrativa, recursos e responsabilidades definidas. Criar um ministério pode dar prioridade política ao tema, mas sua eficácia dependerá dessa engrenagem funcionar.

No processo eleitoral, a disputa sobre a maioridade penal mostra como essa agenda pode ser deslocada. O senador Rogério Marinho (PL-RN) apresentou uma emenda para reduzir a responsabilização penal a 16 anos, chegando a 14 em determinados crimes. Camilo Santana articulou uma alternativa restrita aos crimes hediondos, a partir dos 16, e abriu uma divergência no PT. Lula havia orientado a votação da PEC sem emendas para acelerar sua tramitação.

Diante do impasse, Alcolumbre tirou a PEC da Segurança Pública de pauta. O episódio expôs a dificuldade de Lula neutralizar Flávio na questão da segurança pública. Na prática, está sendo obrigado a discutir a questão nos termos escolhidos pela oposição. O fato é que o eleitor quer sair de casa, trabalhar e voltar em segurança. Esse é o buslil. Com a fragmentação administrativa e o endurecimento penal, o crime amplia seu poder. A patologia brasileira está na perda de autoridade e na dificuldade de reconstituí-la nos marcos da democracia.